

Guerreiro Magrinho, do Comando Metropolitano de Lisboa, ocupando o seu lugar n.º 3, na lista de classificação final do curso, com efeitos administrativos a 31 de dezembro de 2009.

01 de julho de 2016. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, Técnico Superior.

209714422

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 9019/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonerar o licenciado João Pedro Teixeira Silva Freire, consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, das funções de adjunto do meu gabinete, para as quais havia sido designado pelo Despacho n.º 187/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2016, e designo-o, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de chefe do meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 7 de julho de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de julho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: João Pedro Teixeira Silva Freire
Data de nascimento: 14 de junho de 1982

Habilitações académicas

Conclusão da fase escolar do curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2007 a 2008.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2000 a 2005.

Percurso profissional

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, exercendo as funções de chefe de gabinete em substituição, desde dezembro de 2015.

Consultor do CEJUR — Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, de abril de 2010 até dezembro de 2015.

Perito externo da SIGMA (Support for Improvement in Governance and Management), iniciativa conjunta da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em diversos projetos entre novembro de 2011 e fevereiro de 2015.

Técnico superior no Departamento Jurídico da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, de fevereiro de 2008 a abril de 2010.

Advogado estagiário na Linklaters, de setembro de 2005 a setembro de 2007.

209718635

Despacho n.º 9020/2016

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando o resultado obtido em sede de procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, para o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da

Justiça, I. P., e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto, e do despacho de delegação de competências n.º 977/2016, de 20 de janeiro:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência do procedimento concursal, o licenciado Vasco José Manso de Oliveira Costa para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a que se referem o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 7 de julho de 2016.

7 de julho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Vasco José Manso de Oliveira Costa.
Data de nascimento: 27 de maio de 1957.

Habilitações literárias:

Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie: Licenciatura em Engenharia Civil (1976-1980);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em Gestão Empresarial (1991-1992);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em E-Business (2000-2001).

Outras habilitações:

2009 — IST (DECivil/Fundec) — Acústica de Edifícios;
2009 — LNEG — Projetista de equipamento solar térmico;
2010 — Perito qualificado da Ordem dos Engenheiros — RCCTE.

Atividade profissional:

Desde dezembro de 2015:

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.: Vogal do conselho diretivo, em regime de substituição.

De maio de 2013 a dezembro de 2015:

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.: Assessor do conselho diretivo.

De janeiro de 2001 a julho de 2012:

RAR Imobiliária, S. A.: Diretor-adjunto da administração.

De fevereiro de 1994 a dezembro de 2000:

Construtura Abrantina, S. A.: Diretor da área imobiliária.

De fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994:

TEVISIL — Sociedade Técnica Viseense, S. A.: Diretor de produção da Delegação Sul.

De novembro de 1990 a fevereiro de 1993:

Carlos Eduardo Rodrigues, S. A.: Diretor de grupo de obras na região de Lisboa.

De agosto de 1988 a novembro de 1993:

Bucelato Construtores, L.ª: Diretor de núcleo de obras na região do Algarve.

De outubro de 1985 a agosto de 1988:

AGERG — Gestão e Construção, L.ª: Diretor de obra (de outubro de 1985 a dezembro de 1986) e diretor regional — ilha Terceira (de janeiro de 1987 a agosto de 1988).

De setembro de 1983 a setembro de 1985:

Prestação de serviço militar obrigatório na Direção de Infraestruturas da Força Aérea.